**2ª VARA CÍVEL – PORTO FELIZ – TJ/SP**

**EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça)** do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **AMANDA RENATA ALVES (CPF/MF Nº 349.019.348-21)** e seu cônjuge, se casada for**;** e **JEFFERSON FLORIANO MARQUES (CPF/MF Nº 305.470.478-51)** e seu cônjuge, se casado for.

O MM. Juiz de Direito Dr. Bertholdo Hettwer Lawall, da 2ª Vara Cível – Porto Feliz, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por **EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL OLÍVIO BARBOSA SPE LTDA (CNPJ/MF Nº 14.020.178/0001-09)** em face de **AMANDA RENATA ALVES (CPF/MF Nº 349.019.348-21)** e **JEFFERSON FLORIANO MARQUES (CPF/MF Nº 305.470.478-51),** nos autos do **Processo nº 1002006-73.2021.8.26.0471**, e foi designada a venda do bem abaixo descrito, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

**01 - BEM:** **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Jurandir Ferraz, n° 36, Lote 49, Quadra 08, Residencial Olivio Barbosa, Porto Feliz/SP – CEP: 18543-178 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL**: Uma casa com com 101,7 m² de área construída, anteriormente descrita como um lote de terreno urbano, situado com frente para a Rua Jurandir Ferraz (antiga Rua 07), constituído pelo lote nº 49 da quadra 08, lado par, do loteamento denominado "Olívio Barbosa", no bairro da Ponte Grande, na cidade de Porto Feliz, medindo de frente 7,00 metros; do lado direito de quem da Rua olha para o lote, mede 21,50 metros, confrontando com o lote nº 50; do lado esquerdo mede 21,50 metros, confrontando com o lote nº 48; nos fundos mede 7,00 metros, confrontando com o lote nº 5, encerrando a área de 150,50 metros quadrados.

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

| DADOS DO IMÓVEL | | |
|---|---|---|
| **Inscrição Municipal n°** | 01.1.422.0412.001.221 | |
| **Matrícula Imobiliária n°** | 59.098 | Registro de Imóveis de Porto Feliz/SP |

**OBS.: 01:** O imóvel é composto por: 01 área, 01 área gourmet, 01 sala, 01 cozinha, 01 lavanderia, 01 corredor, 01 banheiro e 02 dormitórios (Laudo de Avaliação às fls. 241/268).

**OBS.: 02:** Foi deferida a penhora da propriedade do imóvel (Decisão de fls. 169), apesar da existência de contrato de compra e venda que os executados firmaram com o exequente. A penhora está pendente de registro na matrícula imobiliária. Eventuais regularizações cadastrais serão de responsabilidade do arrematante.

**OBS.: 03:** Os Executados impugnaram o valor de avaliação do imóvel, bem como alegaram a impenhorabilidade do imóvel em razão de supostamente se tratar de bem de família, e requereram a suspensão da execução em razão da existência de Ação Coletiva do Ministério Público (Processo nº 1000932-42.2025.8.26.0471) quanto às cobranças da Exequente (fls. 184/189 e 219). A impenhorabilidade e pedido de suspensão dos

autos foram afastados e foi determinada a reavaliação do bem (Decisão de fls. 225/227).

**VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL:** R$ 229.016,92 (Jun/2026 – Avaliação às fls. 241/268 – Homologação às fls. 281).
**VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO:** R$ 231.516,19 (Nov/2026). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

**DÉBITOS TRIBUTÁRIOS:** R$ 175,85 (Out/2026) Referente aos Débitos Tributários. Os débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

**DÉBITO CONDOMINIAL**: Não há débitos condominiais até a data de confecção deste edital. Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1°, do CPC).

**DÉBITO DE TAXA ASSOCIATIVA/CONDOMINIAL:** Eventuais débitos de taxa associativa/condominial ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1°, do CPC).

**DÉBITO EXEQUENDO:** R$ 110.843,68 (Ago/2026 - Fls. 275/277).

**02 – DATAS:** A 1ª Praça terá início no dia **22 de janeiro de 2027, às 14 horas, e se encerrará no dia 25 de janeiro de 2027, às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 25 de janeiro de 2027, às 14 horas, e se encerrará em 17 de fevereiro de 2027, às 14 horas.**

**03 – CONDIÇÕES DE VENDA**: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance**, sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, e por caução idônea, quando se tratar de móveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

**04 - LEILOEIRO:** O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob n° 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com (artigos 12 e 13 da Resolução n° 236/2016, CNJ).

**05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO:** Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

**06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE:** Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

**07 – QUOTA-PARTE:** Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

**08 – PAGAMENTO:** O preço do bem arrematado deverá ser depositado por Guia de Depósito Judicial gerada junto à instituição financeira vinculada ao Tribunal de Justiça correspondente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

**09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO:** O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32), Será devido ao Leiloeiro em casos de adjudicação, remição, acordo ou cancelamento a Hasta sem arrematação o ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo Leiloeiro.

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

**10 – FRAUDE EM LEILÃO:** Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida ao Leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lanços imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

**11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:** O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução n° 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados. Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

**12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS:** O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

**13 – PLURALIDADE DE CREDORES:** Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1°, do CPC).

**14 – PRORROGAÇÃO:** O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de "Repasse", nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

**15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATAÇÃO:** A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que será expedida a Carta de Arrematação/Alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

**16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM:** A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

**17 – VENDA DIRETA**: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM n° 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

**18 – DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, n° 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

**19 – PUBLICAÇÃO:** A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Se, por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não se realizar no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 274, parágrafo único, do CPC e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.

Eu, _____, escrevente, digitei.
Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

**DR. BERTHOLDO HETTWER LAWALL**
**JUIZ DE DIREITO**

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis